

PDT rompe com Lula na Câmara e fica no Senado

Presidente do INSS explica ressarcimento de recursos

Por Gabriela Gallo

Com a saída de Carlos Lupi do Ministério da Previdência Social, a bancada do PDT na Câmara dos Deputados anunciou, nesta terça-feira (6), que deixará a base do governo federal. Tudo isso quatro dias após Lupi pedir demissão do ministério como consequência do esquema de fraudes na distribuição de benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Será uma saída, no mínimo inusitada. Apesar do anúncio da bancada de deputados, o novo ministro da Previdência, Wolney Queiroz (PDT), permanece no cargo. E a bancada do partido no Senado Federal divergiu da decisão e anunciou que continuará na base do governo. A bancada do partido na Câmara conta com 17 deputados federais, no Senado, são três representantes: os senadores Weverton Rocha (MA), Ana Paula Lobato (MA) e Leila Barros (DF).

Independente

Apesar de ter deixado a base do governo federal, o líder da bancada na Câmara, deputado Mário Heringer (MG), destacou que o PDT passa a ser uma sigla independente na Casa, e não irá para a oposição. Segundo o parlamentar, a decisão não se trata de uma “retaliação”, mas que o caso no INSS foi “o pingô d’água” que faltava para o partido deixar o governo.

“Esse problema de relacionamento com o governo já vem há muito tempo. A questão do INSS, que é uma questão muito importante para nós e para todos os brasileiros, foi, na verdade, mais um episódio. Foi o pingô d’água que faltava. Não é retaliação”, afirmou Heringer.

“Apoiar o governo Lula não é problema nenhum para a gente, até porque é o governo que



Heringer: demissão de Lupi foi o “pingô d’água” na relação com o governo

está aí. E tem feito um trabalho que eu reputo bom para o Brasil. Mas o governo Lula não está dando, e não estava dando desde antes, a reciprocidade e o respeito que o PDT julga merecer”, completou o líder da bancada.

Eleição

Segundo o parlamentar, a legenda discutirá alternativas de candidaturas para a eleição presidencial de 2026. “O PDT na eleição anterior ofereceu alternativa para a Presidência e a gente acha que podemos oferecer alternativa também para 2026”, declarou o Mário Heringer, lembrando a candidatura de Ciro Gomes na eleição presidencial de 2022.

Mesmo que o novo ministro de Previdência Social também seja do PDT, a mudança não foi bem avaliada pelo partido, especialmente porque o nome de Carlos Lupi não foi citado no relatório preliminar da Polícia Federal (PF) e da Controladoria-Geral da União (CGU). A ministra de Relações Institucionais do governo, Gleisi Hoffmann, deve se reunir com a bancada nos próximos dias para tentar reverter a situação.

Já a bancada no Senado considerou a afinidade com o governo Lula no Senado, especialmente em termos de projeto para o país. Apesar das divergências, os senadores reiteraram que respeitam a decisão dos colegas de partido na Câmara dos Deputados, e que a legenda segue unida.

Ressarcimento

O presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Gilberto Waller Júnior, declarou que o ressarcimento de aposentados e pensionista que tiveram parte de seus recursos descontados indevidamente por um esquema de fraude será feito de forma automática, segura e sem burocracia, diretamente pela instituição. Em entrevista à rádio CBN, nesta terça-feira (6), ele reiterou que o dinheiro será devolvido diretamente na conta em que os aposentados e pensionista recebem os benefícios mensalmente.

“Uma das coisas que já foi definida é que eventual ressarcimento seja da instituição. Nada de Pix, nada de depósito em conta e nada de sacar em banco”, destacou Gilberto

Waller. “Da mesma conta que ele [aposentado ou pensionista] recebe, o seu benefício previdenciário vai ser depositado. Por isso, eu peço para todos: não caia em outros golpes, não assine nada, não abra link, não acredite em ninguém que esteja vendendo facilidade”, ele reiterou.

Segundo o presidente do INSS, o próprio presidente Lula que pediu para que o instituto elaborasse uma maneira para que o processo de devolução do dinheiro descontado seja fácil. Considerando que o dinheiro será devolvido na mesma conta que os beneficiários recebem, o recurso será pago junto com o benefício do INSS, em folha de pagamento suplementar — uma folha de pagamento adicional, que é usada para cobrir pagamentos que não foram incluídos na folha principal.

Nesta segunda-feira (5), Waller já havia destacado que a devolução do dinheiro se dará a partir de bens dos golpistas que foram apreendidos pela PF. Caso o valor não seja suficiente, outras alternativas serão estudadas para resolver a questão.

CCJ do Senado propõe fim da reeleição com mandato maior

O parecer da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que acaba com a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos sugeriu extinguir essa possibilidade a partir das eleições de 2028, estabelecendo um mandato de cinco anos.

A PEC pode ser votada nesta quarta-feira (7) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. Se for aprovado, o texto ainda deverá ser votado pelo plenário do Senado em dois turnos, com ao menos 49 votos em cada um, e depois pela Câmara dos Deputados, também em dois turnos e com quórum qualificado.

Unificação

Além de acabar com a reeleição para todos os cargos do Poder Executivo, a proposta unifica as eleições gerais e municipais. Hoje, há eleição a cada dois anos, ora para presidente, governadores, senadores, deputados federais e estaduais, ora para prefeitos e vereadores.

A PEC também fixa o mandato de cinco anos para todos os cargos do Poder Executivo, deputados e vereadores. Já o mandato dos senadores seria ampliado de oito para dez anos, segundo o relatório do senador Marcelo Castro (MDB-PI).



Marcelo Castro é o relator da proposta

Transição

Para unificar as eleições gerais e municipais a partir de 2034, Castro sugere um período de transição para os eleitos em 2028 e 2030. Para os eleitos no pleito geral de 2026, não haveria alteração.

Para os prefeitos eleitos em 2028, o mandato tampão seria de seis anos, com novas eleições em 2034. Presidente, governadores e deputados eleitos em

2030, por sua vez, teriam um mandato de quatro anos durante o período de transição; senadores, de nove anos.

Apoio

Castro tenta destravar a votação no plenário do Senado até o fim do semestre. O fim da reeleição hoje conta com amplo apoio no Senado, incluindo o de cardeais da Casa, como Otto Alencar (PSD-BA), que é

o presidente da CCJ, com boa parte das divergências sobre as regras de adaptação.

“Estamos propondo uma mudança estrutural importante para a política brasileira. O fim da reeleição visa tornar o processo eleitoral mais justo, diminuir o uso da máquina pública em benefício próprio e fortalecer o princípio da alternância de poder”, disse Castro em nota nesta terça (6).

A PEC também altera a data da posse, hoje em 1º de janeiro. O relatório propõe a posse do presidente da República em 5 de janeiro e a de governadores em 6 de janeiro.

Reeleição

A possibilidade de reeleição para ocupantes de cargos do Executivo foi aprovada pelo Congresso a partir de uma emenda à Constituição em 1997.

A legislação entrou em vigor imediatamente, aplicando-se já ao pleito subsequente. O principal beneficiário foi o então presidente Fernando Henrique Cardoso, eleito anteriormente à inclusão dessa possibilidade na Constituição em seu primeiro mandato.

Thaís Oliveira (Folhpress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Lula sabe que senador cobrará pelo favor

Governo conta com Alcolumbre para esfriar CPMI

O governo confia que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), colocará a CPMI do INSS na mesma geladeira em que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), guardou o pedido de urgência para o projeto de anistia. Para ser instalada, uma comissão mista de inquérito precisa ser apresentada em sessão conjunta do Congresso Nacional, o

que depende de convocação por Alcolumbre — ele não tem prazo para tomar esta providência. Em 2021, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), então presidente do Senado, levou quase três meses para instalar a instalação da CPI da Covid. Só fez a leitura do requerimento depois de obrigado pelo ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal.

A dolorosa

O Planalto sabe, porém, que o favor de Alcolumbre não sairá de graça, que o presidente do Senado vai exigir ser recompensado. Deve subir ainda mais o sarrafo relacionado à nomeação de diretores de agências reguladoras, que precisam ser sabatinados por senadores.

No freezer

Padrinho de indicações para agências na área de energia, Alcolumbre não aceita nomes apresentados pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira. Para pressionar o governo, não marca sabinas nem para o preenchimento de cargos em outras agências.

Joédson Alves/Agência Brasil



Alexandre Silveira: voos com Lula e Alcolumbre

Presidente usa viagem para tentar resolver disputas

O presidente Lula espera resolver as pendências e liquidar as faturas na viagem para Rússia e China, prevista para ser iniciada na noite de ontem. Alcolumbre e Silveira fazem parte da sua comitiva. Os descontos irregulares de segurados do INSS não começaram no atual governo, mas Lula não quer saber de CPI, tradicional

arma da oposição. Avalia que será o maior prejudicado mesmo com a apuração, pelo Congresso, de crimes cometidos durante o mandato de Jair Bolsonaro.

Para tentar barrar a pressão bolsonistas, o Planalto vai insistir que não faz sentido instalar CPI se a Polícia Federal tem feito seu trabalho.

Cebap

O filho de um nonagenário descobriu ontem que desde abril de 2024 o Cebap, Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas, desconta R\$ 45,00 mensais da aposentadoria de seu pai. A entidade é uma das investigadas pelo roubo de segurados do INSS.

‘Benefícios’

Em contato com o Cebap, o filho exigiu o fim dos descontos e a devolução do dinheiro. Um funcionário disse ter feito o cancelamento da suposta adesão mas disse a grana não seria devolvida porque o segurado tivera acesso a “benefícios” oferecidos pela entidade.

Bolsonaro

Diante da exigência de apresentação de um comprovante da decisão do pai de aderir à entidade, o funcionário deixou de responder. Em 2022, no governo Bolsonaro, o Cebap ganhou do INSS o direito de descontar 2,5% de aposentados ao longo de cinco anos.

Lula

O acordo foi feito em 23 de dezembro, nove dias antes de Bolsonaro deixar o governo. Em janeiro de 2024, com Lula no Planalto, Andre Paulo Fidelis, pelo INSS, e Edmar Policarpo Júnior, pelo Cebap, assinaram um termo aditivo e o desconto passou a ser de R\$ 45,00.